

# Sumário

---

*Nota do Autor, xxi*

**A CONSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, 1**

**I – PRIMEIRA PARTE: DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, 3**

**SEÇÃO I: DOS PRINCÍPIOS GERAIS, 5**

**ART. 145 I A III: COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS GENÉRICAS,  
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA, 5**

**1 Conceito constitucional de tributo, 5**

**2 Competências tributárias, 9**

**2.1 Competência legislativa tributária, competência tributária e capacidade tributária  
ativa, 9**

**2.2 Características das competências tributárias, 10**

**2.3 Competências outorgadas pelo art. 145, 12**

**3 Espécies tributárias, 13**

**3.1 Impostos, 18**

**3.2 Taxas, 19**

**3.2.1 Distinção perante os preços públicos, 20**

**3.2.2 Requisitos para sua instituição, 26**

**3.2.2.1 Proporcionalidade ao custo: caráter sinalagmático das taxas, 26**

**3.2.2.2 Vinculação dos recursos, 28**

**3.2.3 Imunidades à instituição de taxas, 29**

**3.2.4 Espécies de taxas do art. 145, 30**

3.2.4.1 Taxas de polícia, 30

3.2.4.2 Taxas de serviços públicos específicos e divisíveis, 31

3.3 Contribuições de melhoria, 33

**ART. 145, § 1º: PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA, PROGRESSIVIDADE E DIREITOS DOS FISCALIZADOS, 36**

1 Princípio da capacidade contributiva, 36

1.1 Âmbito objetivo de aplicação, 37

1.2 Capacidade contributiva objetiva e subjetiva, 39

1.3 Capacidade contributiva e disponibilidade econômica decorrente dos fatos que originaram a obrigação, 41

2 Imposição da atribuição de caráter pessoal aos impostos, 42

3 Progressividade, 43

3.1 Âmbito objetivo de aplicação, 44

4. Oposição dos direitos individuais dos fiscalizados à administração tributária, 46

5. Sigilo profissional perante a fiscalização tributária, 48

**ART. 145, § 2º: VEDAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE TAXAS COM BASE DE CÁLCULO DE IMPOSTOS, 49**

1 Importância da base de cálculo para a diferenciação das espécies tributárias, 49

2 Comandos específicos do art. 145, § 2º: vedação da adoção de b.c. própria da espécie tributária imposto e de b.c. dos impostos nominados na Constituição, 50

2.1 Identidade das bases de cálculo e identidade de aspectos essenciais ou não essenciais, 51

2.2 Taxas “fixas e variáveis” em função da base de cálculo dos impostos, 52

**ART. 146: LEI COMPLEMENTAR TRIBUTÁRIA, 53**

1 Natureza específica da lei complementar, 54

2 Posição hierárquica no ordenamento jurídico, 55

3 Reserva de lei complementar expressa e implícita, 57

4 Funções no Direito Tributário, 58

4.1 Regulação dos conflitos de competência, 59

4.2 Regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar, 60

4.3 Veiculação de normas gerais tributárias, 61

4.3.1 Noção de normas gerais em matéria de legislação tributária, 61

4.3.2 Matérias indicadas expressamente pela Constituição, 64

4.3.2.1 Definição de tributos e de suas espécies, 64

4.3.2.2 Definição dos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes dos impostos discriminados na Constituição, 64

- 4.3.2.2.1 Definição dos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes das contribuições sociais discriminadas na Constituição, 65
- 4.3.2.3 Regulação da obrigação, do lançamento, do crédito, da prescrição e da decadência tributários, 66
  - 4.3.2.3.1 Definição das formas de extinção do crédito tributário, 67
  - 4.3.2.3.2 Estabelecimento dos prazos de prescrição e decadência e das hipóteses de interrupção ou suspensão dos seus cursos, 67
- 4.3.2.4 Outorga de um adequado tratamento tributário ao ato cooperativo, 68
- 4.3.2.5 Outorga de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, 70
- 5 Outras matérias reservadas à lei complementar, 72

#### **ART. 146-A: PREVENÇÃO DE DESEQUILÍBRIOS DE CONCORRÊNCIA, POR DISTORÇÕES TRIBUTÁRIAS OU ECONÔMICAS, 72**

- 1 Neutralidade tributária e tutela do equilíbrio concorrencial, 72
- 2 Âmbito da reserva de lei complementar, 75

#### **ART. 147: COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO NOS TERRITÓRIOS E DO DISTRITO FEDERAL, 76**

- 1 Territórios, 76
- 2 Distrito Federal, 77

#### **ART. 148: EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS, 78**

- 1 Natureza tributária dos empréstimos compulsórios, 78
- 2 Obrigação de restituição em pecúnia, 78
- 3 Obrigação de aplicação na finalidade para a qual instituído, 80
- 4 Reserva de lei complementar, condições e titularidade da competência impositiva, 80
- 5 Espécies, 81
- 6 Anterioridade, 82

#### **ART. 149, CAPUT: CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS, 83**

- 1 Natureza tributária, 83
- 2 Instrumento legislativo exigido para sua instituição, 85
- 3 Amplitude da norma atributiva de competência e as espécies das contribuições reguladas pelo art. 149, 85
  - 3.1 Contribuições de intervenção no domínio econômico, 88
    - 3.1.1 Extrafiscalidade e intervenção no domínio econômico, 88

- 3.1.2 A intervenção no domínio econômico através das CIDEs, 88
- 3.1.3 Requisitos à instituição das CIDEs, 91
- 3.1.4 CIDEs anteriores à Constituição de 1988, 92
- 3.1.5 Contribuições interventivas integrantes do “Sistema S”, 93
- 3.2 Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas, 95
  - 3.2.1 Distinção perante figuras afins, 96

## **ART 149, § 1º: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS, 98**

- 1 Regime jurídico-tributário do art. 40 da CF, 99
- 2 Aplicação subsidiária das disposições gerais de seguridade social, 100
- 3 Contribuição dos inativos e pensionistas, 101

## **ART. 149, §§ 2º A 4º: DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS ACERCA DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E INTERVENTIVAS DO ART. 149, 103**

- 1 Imunidade das receitas decorrentes de exportação, 103
- 2 Incidência sobre a importação, 104
  - 2.1 Materialidade possível e a incidência do PIS/PASEP-Importação sobre bens e produtos nacionais ou nacionalizados, 105
  - 2.2 Alcance da competência para a tributação da importação de serviços, 107
- 3 Base de cálculo possível das contribuições sociais e interventivas, 108
  - 3.1 Base de cálculo possível das contribuições sobre a importação, 109
    - 3.1.1 Base de cálculo possível na importação de serviços, 111
- 4 Contribuições fixas, 112
- 5 Equiparação da pessoa natural à pessoa jurídica, 113
- 6 Incidência monofásica das contribuições sociais e interventivas, 114

## **ART. 149-A: “CONTRIBUIÇÃO” DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, 115**

- 1 Base de cálculo, 116
- 2 Sujeição às limitações constitucionais ao poder de tributar, 116

## **SEÇÃO II: DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR, 119**

### **LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR, 119**

- 1 Noção, 119
- 2 Limitações explícitas e implícitas, 121
- 3 Princípio da segurança jurídico-tributária, 122

## **ART. 150, I: PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, 125**

- 1 Facetas e abrangência, 126
- 2 Reserva absoluta de lei e os aspectos da norma impositiva, 126
  - 2.1 Base de cálculo e sua correção, 127
  - 2.2 Data de vencimento da obrigação e correção monetária do débito tributário, 129
  - 2.3 Sanções tributárias, 129
- 3 Dimensão positiva do princípio da legalidade e a delegação legislativa externa, 130
  - 3.1 Revogação das delegações ao Executivo e recepção da legislação criada com base na competência delegada, 130
  - 3.2 Fixação de alíquotas pelo Executivo: abrandamento da legalidade estrita, 131
  - 3.3 O princípio da determinação conceitual e as delegações puras e técnicas, 132
- 4 Instituição de tributos por medida provisória, 133

#### **ART. 150, II: PRINCÍPIO DA ISONOMIA, 133**

- 1 Correlação entre o critério de *discrímen* e o tratamento diferenciado estabelecido, 134
- 2 Critérios de *discrímen* legítimos e ilegítimos no Direito Tributário, 136
  - 2.1 Capacidade contributiva e equivalência, 136
  - 2.2 Profissão ou função exercida, 137
  - 2.3 Tempo, 138
- 3 Necessidade de considerar a globalidade da carga tributária, 139
- 4 A extrafiscalidade e as restrições à isonomia, 140
- 5 Exclusão de benefício em afronta à isonomia: a inconstitucionalidade por omissão parcial e a tese do legislador negativo, 141

#### **ART. 150, III: PRINCÍPIOS DA IRRETROATIVIDADE E DE ANTERIORIDADE, 144**

- 1 Princípio da irretroatividade, 145
  - 1.1 Marcos relevantes à sua aplicação, 145
  - 1.2 Abrangência, 146
  - 1.3 Espécies de retroatividade e sua legitimidade, 148
    - 1.3.1 A retroatividade imprópria e os tributos de período, 149
    - 1.3.2 A tributação de fatos *jurígenos* com causas pretéritas, 152
- 2 Princípio da anterioridade, 152
  - 2.1 Antecedentes: o princípio da anualidade, 153
  - 2.2 Noção geral, 154
  - 2.3 Conteúdo específico, 154
  - 2.4 Qualificação como cláusula *pétrea*, 156
  - 2.5 Espécies de anterioridade: a anterioridade de exercício e a anterioridade *nonagesimal*, 156
  - 2.6 Abrangência e exceções, 158

## **ART. 150, IV: PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO, 160**

- 1 Significado, 160
- 2 Multas confiscatórias, 163

## **ART. 150, V: VEDAÇÃO DE LIMITAÇÕES TRIBUTÁRIAS AO TRÁFEGO DE PESSOAS OU BENS, 164**

- 1 Significado e alcance da vedação, 164
- 2 Pedágio, 165
  - 2.1 Natureza tributária, 165
  - 2.2 Proporcionalidade, 167

## **ART. 150, VI: IMUNIDADES À INSTITUIÇÃO DE IMPOSTOS, 168**

- 1 Qualificação como cláusulas pétreas, 168
- 2 Interpretação, 169
- 3 Abrangência geral, 170
- 4 Imunidade tributária recíproca, 171
- 5 Imunidade das instituições religiosas, 172
- 6 Imunidade dos partidos políticos, das suas fundações, dos sindicatos dos trabalhadores e das instituições de educação e de assistência social, 174
  - 6.1 Reserva de lei complementar, 174
  - 6.2 Definição do alcance da imunidade e criação, por lei, de requisitos para o seu gozo, 179
  - 6.3 Imunidade dos partidos políticos, de suas fundações e das entidades sindicais dos trabalhadores, 181
  - 6.4 Imunidade das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, 182
    - 6.4.1 Entidades de previdência privada, 186
- 7 Imunidade dos livros, jornais e periódicos, 187
  - 7.1 Livros, 188
  - 7.2 Jornais e periódicos, 188
  - 7.3 Alcance da imunidade: as imunidades do art. 150, VI, d, o papel e outros insumos, 189

## **ART. 150, § 1º: EXCEÇÕES AOS PRINCÍPIOS DE ANTERIORIDADE, 191**

## **ART. 150, § 2º: EXTENSÃO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA ÀS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS, 193**

- 1 Alcance geral, 193
- 2 Entes da administração indireta, concessionários e permissionários, 194

**ART. 150, § 3º: EXCEÇÕES À IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA, 196**

**ART. 150, § 4º: ALCANCE OBJETIVO DAS IMUNIDADES DAS ALÍNEAS B E C, 197**

**ART. 150, § 5º: DEVER DE INFORMAÇÃO ACERCA DA CARGA TRIBUTÁRIA, 199**

**ART. 150, § 6º: RESERVA DE LEI ESPECÍFICA PARA A  
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS, 201**

**ART. 150, § 7º: SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA, 202**

1 Legitimidade, 202

2 Restituição dos valores em caso de inoccorrência do fato imponible presumido ou de sua ocorrência com um conteúdo econômico inferior ao presumido, 203

**ART. 151: VEDAÇÕES ESPECÍFICAS À UNIÃO, 206**

1 Princípios da uniformidade geográfica da tributação e da isonomia jurídico-tributária das pessoas constitucionais, 206

2 Uniformidade da tributação da renda das obrigações da dívida pública e das remunerações e dos proventos dos agentes públicos, 208

3 Vedação de isenções heterônomas, 209

**ART. 152: VEDAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS  
EM VIRTUDE DE SUA PROCEDÊNCIA OU DESTINO, 210**

**SEÇÃO III: DOS IMPOSTOS DA UNIÃO, 213**

Estruturação das possíveis regras-matrizes dos impostos nominados e a vinculação do legislador aos conceitos constitucionais, 213

**ART. 153, I A VII: OUTORGA DE COMPETÊNCIA PARA A  
INSTITUIÇÃO DOS IMPOSTOS FEDERAIS NOMINADOS, 216**

1 Imposto de Importação, 216

1.1 Materialidade, 216

1.2 Aspecto temporal, 217

2 Imposto de Exportação, 218

2.1 Materialidade, 218

2.2 Aspecto temporal, 218

3 Imposto de Renda, 219

4 Imposto sobre Produtos Industrializados, 221

4.1 Materialidade, 221

4.2 Base de cálculo, 222

- 5 Impostos sobre Operações Financeiras, 223
- 6 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, 224
  - 6.1 Materialidade, base de cálculo e sujeitos passivos, 224
  - 6.2 Critérios para a determinação do caráter rural da propriedade, 226
- 7 Imposto sobre Grandes Fortunas, 227
  - 7.1 O imposto no Brasil e em França, 227
  - 7.2 Alcance da competência e a exigência de lei complementar, 228

**ART. 153, § 1º: ATENUAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA PARA O I.I., O I.E., O IPI E O IOF, 229**

**ART. 153, § 2º: REGULAÇÃO ESPECÍFICA DO IR, 231**

- 1 Princípios da generalidade, universalidade e progressividade, 231
- 2 A extinta imunidade de proventos e pensões pagos a pessoas com mais de 65 anos, 233

**ART. 153, § 3º: REGULAÇÃO ESPECÍFICA DO IPI, 234**

- 1 Seletividade, 234
- 2 Não-cumulatividade, 234
  - 2.1 Aquisições que geram direito ao creditamento, 236
  - 2.2 Direito ao creditamento nas aquisições de insumos imunes, isentos, sujeitos à alíquota zero e não tributados, 237
- 3 Imunidade das exportações, 238
- 4 Desoneração da aquisição de bens de capital, 239

**ART. 153, § 4º: REGULAÇÃO ESPECÍFICA DO ITR, 240**

- 1 Progressividade, 240
- 2 Imunidade das pequenas glebas rurais, 240
- 3 Delegação da capacidade tributária ativa e “cessão” do imposto, 241

**ART. 153, § 5º: REGULAÇÃO ESPECÍFICA DO IOF SOBRE O OURO DEFINIDO COMO ATIVO FINANCEIRO OU INSTRUMENTO CAMBIAL, 243**

- 1 Incidência única e monofásica, 243
- 2 Destinação dos recursos, 243

**ART. 154: IMPOSTOS RESIDUAIS E EXTRAORDINÁRIOS, 244**

- 1 Competência residual da União para a criação de impostos, 244
  - 1.1 Requisitos, 244



- 1.2 Vinculação do constituinte derivado, 245
- 1.3 Superposição de impostos e contribuições, 246
- 2 Impostos extraordinários, 247

## **SEÇÃO IV: DOS IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL, 249**

### **ART. 155, I A III: OUTORGA DE COMPETÊNCIA PARA A INSTITUIÇÃO DOS IMPOSTOS ESTADUAIS, 249**

- 1 Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação, 249
  - 1.1 Breve histórico do ITCD e do ITBI, 249
  - 1.2 Aspecto material, base de cálculo e alíquota aplicável, 250
- 2 O extinto Adicional Estadual ao Imposto de Renda, 252
- 3 Imposto sobre as Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, 253
  - 3.1 ICMS-Mercadorias, 253
    - 3.1.1 Materialidade, 254
      - 3.1.1.1 Conceito de circulação, 254
      - 3.1.1.2 Conceito de mercadorias, 254
    - 3.1.2 Base de cálculo, 256
  - 3.2 ICMS-Serviços, 257
    - 3.2.1 Exportação e importação de serviços, 258
      - 3.2.1.1 Necessidade de estabelecimento de critérios voltados à identificação do contribuinte, 259
    - 3.2.2 ICMS-Transporte, 259
    - 3.2.3 ICMS-Comunicação, 260
- 4 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, 262
  - 4.1 Materialidade, 262
  - 4.2 Alíquotas e benefícios extrafiscais, 263

### **ART. 155, § 1º: REGULAÇÃO ESPECÍFICA DO ITCD, 264**

- 1 Titularidade da competência, 264
- 2 Estabelecimento de alíquotas máximas, 265

### **ART. 155, § 2º: REGULAÇÃO ESPECÍFICA DO ICMS, 266**

- 1 Não-cumulatividade, 266
  - 1.1 Correção monetária dos créditos, 267
  - 1.2 Exceções ao creditamento, 268
- 2 Seletividade, 270

### 3 Alíquotas, 271

- 3.1 Alíquotas das operações interestaduais e de exportação, 271
- 3.2 Alíquotas mínimas e máximas nas operações internas, 271
- 3.3 Alíquotas interestaduais enquanto limite mínimo das internas, 273
- 3.4 Alíquotas aplicáveis nas operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final, 274

### 4 ICMS-Importação, 276

- 4.1 Titularidade da competência, 276
- 4.2 Materialidade, 277
  - 4.2.1 Importação de bens, 277
- 4.3 Aspecto temporal, 278

### 5 Incidência do ICMS no fornecimento de mercadorias com serviços, 279

### 6 Imunidades do ICMS, 280

- 6.1 Mercadorias e serviços destinados ao exterior, 281
  - 6.1.1 Alcance, 281
  - 6.1.2 Manutenção e aproveitamento dos créditos, 282
- 6.2 Operações interestaduais relativas a petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo e energia elétrica, 282
- 6.3 Vedação da incidência do ICMS sobre o ouro definido como ativo financeiro ou instrumento cambial, 283
- 6.4 Serviços de radiodifusão de recepção livre e gratuita, 284
- 6.5 Exclusão do IPI da base de cálculo do ICMS, 284

### 7 Reserva de lei complementar, 285

- 7.1 Definição dos contribuintes, 285
- 7.2 Substituição tributária, 286
- 7.3 Regime de compensação, 286
- 7.4 Determinação do local das operações, 287
- 7.5 Desoneração das exportações, 288
- 7.6 Manutenção de crédito nas operações interestaduais e de exportação, 288
- 7.7 Concessão de benefícios fiscais e a “guerra fiscal”, 289
  - 7.7.1 Pressupostos e forma da concessão, 291
  - 7.7.2 Isenções, benefícios e incentivos sujeitos ao preceito, 292
- 7.8 Incidência monofásica sobre combustíveis e lubrificantes, 293
- 7.9 Inclusão do ICMS em sua própria base de cálculo, 294

### **ART. 155, § 3º: IMUNIDADE DAS OPERAÇÕES RELATIVAS A ENERGIA ELÉTRICA, SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, DERIVADOS DE PETRÓLEO, COMBUSTÍVEIS E MINERAIS, 295**

#### 1 Operações abrangidas, 295

**2 Espécies tributárias abarcadas, 295****ART. 155, § 4º e § 5º: REGULAÇÃO ESPECÍFICA DO ICMS MONOFÁSICO SOBRE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, 296****1 Competência, 296****2 Alíquotas, 297****ART. 155, § 6º: ALÍQUOTAS DO IPVA, 299****SEÇÃO V: DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS, 301****ART. 156, I A III: OUTORGA DE COMPETÊNCIA PARA A INSTITUIÇÃO DOS IMPOSTOS MUNICIPAIS, 301****1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, 301****1.1 Materialidade, 301****1.2 Base de cálculo, 302****2 Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis, 303****2.1 Materialidade e base de cálculo, 303****2.2 Imunidade da transferência dos imóveis desapropriados para fins de reforma agrária, 306****2.3 Progressividade, 306****3 O extinto Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis, 307****4 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, 308****4.1 Materialidade, 308****4.1.1 Conceito constitucional de serviços, 308****4.1.2 Os serviços “definidos em lei complementar”, 310****4.1.3 Fornecimento de serviços com a entrega do objeto produzido, 311****4.1.4 Prestação de serviços e atividades paralelas, 312****4.2 Base de cálculo, 313****4.3 Titularidade da competência, 313****ART. 156, § 1º: REGULAÇÃO ESPECÍFICA DO IPTU, 314****1 Progressividade, 314****2 Seletividade, 316****ART. 156, § 2º: REGULAÇÃO ESPECÍFICA DO ITBI, 317****1 Imunidade, 317****2 Titularidade da competência, 318**

**ART. 156, § 3º: RESERVA DE LEI COMPLEMENTAR PARA O ISS, 319**

- 1 Estabelecimento de alíquotas mínimas e máximas, 319
- 2 Desoneração da exportação de serviços, 320
- 3 Concessão e revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais, 321

**II – SEGUNDA PARTE: DOS PRECEITOS TRIBUTÁRIOS CONSAGRADOS FORA DO “SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL”, 323**

**ART. 167: VEDAÇÃO DA VINCULAÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS, 326**

**ART. 177: CIDE SOBRE A IMPORTAÇÃO OU COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, SEUS DERIVADOS E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL, 329**

- 1 Alíquotas, seletividade, extrafiscalidade e a atenuação à estrita legalidade e à anterioridade, 330
- 2 Destinação dos recursos, 331

**ART. 184: IMUNIDADE DAS OPERAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE IMÓVEIS DESAPROPRIADOS PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA, 333**

**ART. 195: ASPECTOS GERAIS DAS CONTRIBUIÇÕES DE SEGURIDADE SOCIAL, 335**

- 1 Natureza tributária, 335
- 2 Qualificação como espécie tributária autônoma, 336
- 3 Titularidade da competência e sujeito ativo, 337
- 4 Instrumento legislativo exigido para sua criação, 338
- 5 Importância e limites do princípio da universalidade do custeio da seguridade como vetor interpretativo do art. 195, 338

**ART. 195, I A IV: OUTORGA DE COMPETÊNCIA PARA A INSTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES DE SEGURIDADE SOCIAL, 341**

- 1 Contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada, 341
  - 1.1 Limitação genérica: a restrição do aspecto pessoal possível da hipótese de incidência, 342
    - 1.1.1 Conceito de empregador e as empresas sem empregados no regime anterior à EC 20/98, 342
    - 1.1.2 As empresas e as entidades equiparadas, 344
  - 1.2 Contribuição sobre os rendimentos do trabalho pagos ou creditados a pessoas físicas, 345
    - 1.2.1 Materialidade originária e a incidência sobre os valores pagos ou creditados a autônomos, administradores e avulsos, 345
    - 1.2.2 Materialidade atual, 347

- 1.3 Contribuição sobre a receita ou o faturamento, 348
  - 1.3.1 Conceitos de receita e de faturamento, 349
  - 1.3.2 Contribuição instituída: a COFINS, 351
  - 1.3.3 Superposição de contribuições sobre a receita ou o faturamento, 351
- 1.4 Contribuição sobre o lucro, 352
  - 1.4.1 Conceito constitucional de lucro, 352
  - 1.4.2 Contribuição instituída: a CSLL, 353
- 2 Contribuição dos segurados da previdência social, 354
  - 2.1 Imunidade das aposentadorias e das pensões do regime geral, 355
  - 2.2 Base de cálculo possível, 355
  - 2.3 Progressividade, 356
  - 2.4 Sujeição dos agentes políticos, 357
- 3 Contribuições sobre a receita de concursos de prognósticos, 358
  - 3.1 Materialidade, 358
  - 3.2 Sujeito passivo, 359
  - 3.3 Natureza jurídica das prestações pecuniárias exigidas dos administradores de concursos de prognósticos, 360
    - 3.3.1 Exploração dos concursos de prognósticos pela União, na qualidade de administradora, 360
    - 3.3.2 Exploração dos concursos de prognósticos por administradores diversos da União, 361
- 4 Contribuições sobre a importação, 363
  - 4.1 Materialidade e base de cálculo, 364

## **ART. 195, §§ 1º A 13: REGULAÇÃO ESPECÍFICA DAS CONTRIBUIÇÕES DE SEGURIDADE SOCIAL, 365**

- 1 Receitas estaduais, distritais e municipais destinadas à seguridade social, 365
- 2 Restrições às empresas em débito com o sistema da seguridade social, 366
- 3 Competência residual para a instituição de contribuições de seguridade social, 368
  - 3.1 Diversidade de hipótese de incidência e base de cálculo: a vedação de superposição de contribuições de seguridade, 369
  - 3.2 Vedação de superposição e suas espécies: a vedação do *bis in idem* e o princípio da unicidade da incidência das contribuições de seguridade sobre as materialidades do art. 195, 370
  - 3.3 Possibilidade de substituição da contribuição incidente sobre a remuneração pela contribuição incidente sobre a receita ou faturamento, 372
- 4 Princípio do equilíbrio atuarial e a vedação da instituição, majoração ou cobrança de contribuições sem causa, 372
- 5 Princípio da anterioridade nonagesimal, 374
- 6 Imunidade das entidades beneficentes de assistência social, 375

- 6.1 Fruição da imunidade pelas entidades de educação, 375
- 6.2 Entidades assistenciais e filantrópicas, 376
- 7 Contribuição do seguro especial, 379
  - 7.1 Materialidade, 380
  - 7.2 Sujeitos passivos, 381
- 8 Critérios específicos de graduação das contribuições patronais, 381
- 9 Vedação à concessão de remissão e anistia, 382
- 10 Não-cumulatividade da COFINS e da COFINS-Importação, 383
- 11 Substituição da incidência sobre as remunerações pela incidência sobre a receita ou o faturamento, 384

**ART. 212, §§ 5º E 6º: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO, 386**

- 1 Histórico, 386
- 2 Competência e materialidade possível, 386
- 3 Afetação da contribuição e repartição dos valores, 388

**ART. 239, §§ 1º A 4º: CONTRIBUIÇÕES AO PIS/PASEP, 390**

- 1 Recepção e modificação pela CF/88, 390
- 2 Alcance da competência tributária na CF/88, 391
- 3 Requisitos ao exercício da competência, 391
- 4 Modalidades da contribuição ao PIS e sua recepção pela CF/88, 392
  - 4.1 Base de cálculo, 393
    - 4.1.1 “Semestralidade” do PIS-Faturamento, 394
    - 4.1.2 Modificações ulteriores à CF/88, 395
- 5 Contribuição ao PASEP: alcance da competência e obrigatoriedade da exação, 396
- 6 Novas contribuições para o PIS/PASEP, 397
- 7 Contribuição adicional ao financiamento do seguro-desemprego, 397

**ART. 240: CONTRIBUIÇÕES AO SESC, SENAC, SESI E SENAI, 398**

- 1 Significado do art. 240, 398
- 2 Criação dos serviços sociais autônomos e das correlatas contribuições, 398
- 3 Natureza tributária específica, 399
- 4 Materialidade, 400
- 5 Contribuições às demais entidades do “Sistema S”, 401

**ART. 74 E SEGUINTE DO ADCT: CPMF**

- 1 IPMF e CPMF, 403

2 Regime da EC 21/99, 405

3 Prorrogação pela EC 37/02, 407

4 Imunidades, 408

5 Materialidade possível, 410

**TEXTO CONSOLIDADO DA CONSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, 411**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 447**

**ÍNDICE REMISSIVO, 457**